

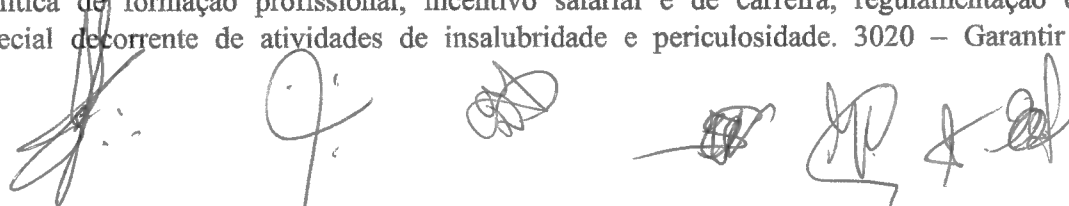


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ipiranga, 60 – Centro
CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 07/23

Aos vinte e dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e três, às 18:31 horas, em primeira chamada se reuniram os conselheiros municipais de saúde, na sede da Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, 60, Centro da Cidade de Canoas, em reunião ordinária do CMS, com a seguinte pauta: Informações da Mesa Diretora, 9ª Conferência Estadual de Saúde e Assuntos Gerais. O Presidente agradece a presença dos companheiros e diz que a reunião deverá ser rápida e que estiveram em visita ao Hospital Nossa Senhora das Graças e hoje o Sr. Luis Antonio e sua equipe vieram se apresentar, O S.r. Luis Antonio, apresenta Joice e Rogério Abreu Rossi. Diz que trabalhou no Hospital de Rio Grande e Dois Irmãos. Revela que seu grande objetivo é manter o hospital aberto e completa que ao equilibrar o sistema após um ano, pensará em investimentos. Pede a ajuda de todos para atingir seu objetivo. Diz que as queixas vão continuar e que vai demorar a refletir no externo as mudanças. Solicita permissão para apresentar num tempo maior os resultados obtidos. Está a apenas trinta dias a frente do hospital, mas enfatiza que apenas ações pontuais, já produzira uma queda no déficit, num momento de um milhão de reais. O Sr. Paulo, da Associação São Luiz pergunta ao Sr. Luis Antonio, se ele não sabe, o porquê da situação da saúde de Canoas, ter chegado ao estado em que está. O Sr. Luis responde que não sabe e que também não lhe interessa, não cabendo a ele, discutir o que passou. Não podemos pensar no antes, O que pode prometer é transparência. A Sra. Gisele pede que haja uma mudança na preparação dos profissionais, para saberem receber um paciente autista ou com qualquer tipo de alteração comportamental ou mental. O Sr. Luís responde que está ciente da situação de despreparo, porém, infelizmente isto está no hospital todo. Precisamos uma retomada da humanização na saúde. O Presidente Mário intervém e reafirma que a direção não está ali para ser cobrada e sim apenas para se apresentar, conforme pedido. Diz estar consciente que estamos enfrentando problemas em todos os setores e completa que o Secretário de Saúde, Martini, tão logo tomou posse, encontrou uma verba parada para custeio, e que estava prestes a retornar ao Ministério, sem aproveitamento. O Sr. Luís completa que para a verba de três milhões e oitocentos mil não poderia ser recebido, por problemas fiscais, mas estão entrando com liminar para permitir o recebimento e enfatiza que “todo nosso trabalho é em prol do paciente. O Presidente Mário diz que a descoberta destes quatro milhões foram fruto de um ofício do CMS, cobrando a relação de verbas parlamentares e que o secretário Martini descobriu de “cara” este valor, criticando o fato, de que ocorrências como esta, são normais, pelo sentimento de revanchismo entre partidos. Exemplificando que por ser verba parlamentar vinda de legislador contrário, não seria bem-vinda. Conta caso, ocorrido no HNSG, quando ele e o conselheiro Eduardo foram ao Conselho Deliberativo da ABC, oferecerem uma emenda de Bancada, em que já havia tudo sido negociado e lá os chamaram de sem conhecimento, pois entidade privada não poderia receber recursos, expõe que duas semanas após, recebeu comunicado da CIB,- Comissão Interpatite a aprovação pela CIB de autorização para que o Hospital de Parobé, entidade administrada por uma associação Conta que aos moldes da ABC, recebesse emenda Parlamentar de Bancada, no valor de vinte milhões, para despesas de custeio. Imprimiu cópias e “esfregou” no nariz de cada um deles. Declara que estamos criando Comissão de Trabalho, em substituição da extinta mesa diretora estendida, que foi um grupo criado por ele, para ajudar na discussão de vários assuntos. Diz que a ideia não foi bem entendida nem pelo CMS e nem pela SMS. Começam a tratar da Pauta que é relatos da 9ª Conferência Estadual de Saúde. O Presidente tece comentários desabonadores acerca da organização do evento. Diz que foi muito desorganizado e imensamente inferior a nossa e pede que delegados que estiveram presentes, façam seus depoimentos. O conselheiro Júlio diz que a nossa foi organizada e que a condução, por parte do estado, foi muito falha e malconduzida. Não houve grupos de discussão no local, além de ser muito tumultuada. O Presidente completa que a ata foi feita após a eleição e no palco. O Presidente do Conselho Estadual de Saúde estava doente e ficou ao encargo da vice. Estava tão tumultuada que ao final, simplesmente foi comunicada com a frase “está encerrada a Conferência”. A pergunta mais ouvida foi em relação a nossas propostas e o Presidente responde que todas as propostas foram discutidas, havendo mesas por todos os bairros da cidade. Lê as propostas aprovadas,

começando a citar uma a uma, as propostas. No eixo 1, O Brasil que temos, o Brasil que queremos, a 1001 - Revogar todos os atos normativos, sejam eles constitucionais, legais ou infralegais que atentem contra a liberdade, respeito e dignidade da pessoa humana e contra os direitos sociais. Atos como o Orçamento Secreto, EC 86, EC 95, contrarreforma trabalhista, previdenciária, bem como as portarias que alteraram a PNAB, a Reforma Psiquiátrica (e seu financiamento), a liberação dos agrotóxicos, o desmatamento e mineração desenfreadas, dentre outras, usando todos os instrumentos previstos na legislação pertinente, inclusive o referendo revogatório às emendas constitucionais, bem como normas legais e infralegais que enfraquecem os princípios do SUS e a efetiva atenção à saúde pública da população. 1027 - Implementar e ampliar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PICS), nas unidades de saúde, como forma de prevenção e tratamento de doenças, com garantia de financiamento, assegurando o respeito às escolhas das pessoas e às práticas e saberes em saúde dos povos e comunidades tradicionais, e o uso racional de plantas medicinais e de medicamentos fitoterápicos, na Rede de Atenção à Saúde, na perspectiva de promover mudanças no modelo de atenção à saúde. Ainda, implantar Centros de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. 1012 - Integrar e aperfeiçoar os sistemas de informação do SUS, unificando em uma única base de dados, garantindo suporte técnico e manutenção adequada que agregue as diversas informações existentes, tais como cartão SUS, prontuário eletrônico, dados de emprego/ocupação, dados previdenciários, entres outros, consolidando um Sistema de Informatização Nacional, para melhor articulação da rede de saúde. 1014 - Qualificar os serviços de saúde para o atendimento à população LGBTQIAP+, com garantia de acesso às medicações, hormonoterapia e procedimentos cirúrgicos, bem como suporte à Saúde Mental. No Eixo 2 - o papel do controle social e dos movimentos sociais para salvar vidas, as propostas 2001 - Fortalecer as instâncias de Controle Social no SUS, através da garantia das condições de pleno funcionamento dos Conselhos de Saúde, como órgãos colegiados permanentes, deliberativos e fiscalizadores. Garantir servidores em quantidade suficiente, nas áreas técnicas e administrativas, assim como a estrutura física e tecnológica para seu bom funcionamento, nos três níveis da administração pública, garantindo recursos financeiros necessários que possibilitem autonomia e sua gestão. 2016 - Fomentar o financiamento e a execução da Política de Educação Permanente em Saúde, de acordo com os princípios do SUS e da política de humanização, alinhada às necessidades loco regionais e às especificidades das Redes de Atenção à Saúde dos territórios. 2017 - Desenvolver processos de formação e articulação com as comunidades, pautadas na educação popular em saúde, como estratégia de mobilização de usuários e inclusão de saberes e práticas locais nas ações de saúde, no diálogo entre serviços, movimentos sociais e populares e universidades. 2002 - Garantir a participação popular nos processos decisórios que envolvem a gestão do SUS. Os conselhos e as conferências, nas três esferas de governo, são condições fundamentais para que se mantenham legítimos os espaços democráticos que constituem o SUS. Especial atenção para o fortalecimento da LF 8.142/1990, que determina o papel do controle social, seu caráter fiscalizador, formulador e deliberativo das políticas públicas. 2003 - Construir ações de educação com foco na promoção da saúde e da democracia, desenvolvendo estratégias de diálogo e comunicação entre conselhos de saúde e a sociedade, a fim de divulgar o papel do Conselho, seu funcionamento e estimular a participação da sociedade. Garantir maior corresponsabilização das equipes de saúde que atuam na porta de entrada da rede, para que incentivem a participação na construção do SUS, a partir do exercício de cidadania, e não trate o usuário apenas como "clientela". No Eixo 3 - Garantir Direitos e defender o SUS, a vida e a democracia, as propostas 3001- Fortalecer a Atenção Básica, ampliando a corresponsabilidade do Estado e da União no seu financiamento, para que obtenha a resolutividade necessária, garantindo a promoção da saúde e a prevenção de doenças, bem como seja a porta de entrada e coordenadora do cuidado no Sistema Único de Saúde, objetivando garantir seus princípios doutrinários: universalidade, equidade e integralidade. 3004 - Garantir o retorno do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com financiamento adequado e equipes multiprofissionais em número suficiente, para a realização do apoio matricial das equipes de saúde da Atenção Básica, articulando com a rede. 3048 - Garantir Plano de Carreira Nacional do SUS nas três esferas de governo, com isonomia de vencimentos, regime estatutário, ascensão funcional, critérios objetivos para ocupação de cargos de chefia; 30h semanais; dedicação exclusiva; reposição anual, reajuste com negociação coletiva; fixação de profissionais no interior do país em áreas de difícil acesso e provimento; política de formação profissional; incentivo salarial e de carreira; regulamentação da aposentadoria especial decorrente de atividades de insalubridade e periculosidade. 3020 - Garantir a



implementação da reforma psiquiátrica, através da ampliação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial: CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS AD, CAPSi, oficinas de trabalho e renda, oficinas terapêuticas, serviço residencial terapêutico, leitos de saúde mental em hospitais gerais, ambulatórios em saúde mental, consultórios na rua, unidades de acolhimento, e equipe de redução de danos na abordagem de rua (dia e noite). 3005 – Eliminar a terceirização, a privatização e a precarização das relações de trabalho na Atenção Básica, pois estes contratos oferecem risco à manutenção do cuidado à população devido a precariedade dos vínculos empregatícios dos profissionais de saúde e da sobreposição dos interesses privados das instituições, reafirmando a necessidade de servidores estatutários e com plano de carreira e no Eixo 4 – Amanhã será outro dia para todas as pessoas, as propostas aprovadas foram as de números 4027 – Exigir a revisão dos valores da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do SUS (Tabela SUS), para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual com o Poder Público de complementação aos serviços de saúde prestados pela rede pública ou conveniada/contratualizada. 4004 – Fortalecer a agricultura familiar e orgânica, incentivando estudos tecnológicos e científicos que considerem menores danos ambientais e sanitários, incentivando pesquisas acerca dos danos provenientes do uso dos agrotóxicos e alimentos transgênicos, criando políticas públicas que desestimulem o uso de agrotóxicos, da contaminação da água, do solo e do ar, a partir de capacitações e campanhas. 4001 – Reconstruir a política ambiental, observando a proibição do uso de agrotóxicos, o desmatamento, o garimpo ilegal, além de garantir o fim do auto licenciamento e da autorregulação de produtos/processos/fontes poluidoras e dos projetos de mineração, que são danosos à saúde e ao meio ambiente, bem como garantir as condições de vida digna dos povos originários, com respeito à sua cultura, pondo fim à atual crise humanitária. 4033 – Implementar o Piso Nacional da Enfermagem e garantir o piso às demais categorias profissionais do campo da saúde. 4021 – Garantir o financiamento robusto ao SUS, o que inclui a revogação de leis limitantes do orçamento público, para assegurar a integralidade, equidade e universalidade da atenção à saúde. Romper com o histórico subfinanciamento do sistema, viabilizando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde Após a leitura o Presidente nós delegados por Canoas, nos preocupamos em brigar uns contra os outros. Escolhemos nossos representantes aqui. Sabemos que muitas pessoas iriam querer ir para Brasília, para conhecer. A organização teimava em dizer que quem deveria ir, seriam aquelas pessoas que nunca foram. Se não fosse a articulação do conselheiro Júlio, seria pior, pois não conseguiríamos mandar os dois escolhidos, delegados Júlio Freitas e Ana Mossetti. A conselheira Zaira, ficou como suplente. Nossa delegação poderia levar oito delegados e só vamos mandar quatro. O interesse próprio prevaleceu. O conselheiro Julião diz que entre os usuários foi feita votação. Havia muita gente querendo ir. Precisamos pensar no número de pessoas da região está errada a escolha, Pergunta por que Porto Alegre tem cinco delegados a mais que a região metropolitana. O conselheiro Mário diz que estamos articulando com outros municípios. Porto Alegre tinha dezesseis delegados e os outros municípios oito. Sabe que o Conselho Estadual está em Porto Alegre e lá é muito político. Completa que este ano, encerrará seu mandato e o novo Presidente verá como funciona em Porto Alegre. A delegada Ana Mossati agradece a oportunidade. Discorda, dizendo que a briga foi outra. Fala que estavam articulados. As pessoas não discutiam propostas e sim quem iria ser delegado em Brasília. O Sr. Luiz Carlos Cardoso, que foi delegado, diz sentir-se decepcionado. Concorde que foi mal organizada, desde a discussão das propostas até a votação. A leitura foi demorada. Reclama que não conseguiram defender suas propostas. Discorda com os critérios de distribuição nos municípios. Define com a frase: “gente preocupada, com seu umbigo”. O conselheiro Presidente prega reuniões com os municípios para alterar os critérios. Precisamos convencer os outros municípios que Porto Alegre tem desequilíbrio favorável, em relação aos demais. Acha que quem tem que ir são os melhores. Havia municípios que os seus delegados, não conheciam nem as propostas de seus municípios. A Sra. Gisele pergunta, como não aprovamos nossas propostas, se em Canoas foram aprovadas. O Presidente Mário critica a aprovação de quatro propostas iguais, uma em cada eixo, sobre o autismo. O conselheiro Eduardo informa que a ata 06.2023 foi encaminhada tempestivamente, para análise dos conselheiros. O Presidente pergunta se os conselheiros têm alguma dúvida e mediante a falta de manifestação, coloca em votação as atas 06/2023, que são aprovadas por doze votos favoráveis e nenhum contrário ou abstenção. A conselheira Cristiane volta a falar sobre a Conferência Estadual de Saúde e diz que quem não apoiou nossas propostas, foram os trabalhadores. O conselheiro Presidente concorda com a conselheira Cristiane, A delegada Eleni conta que defendeu a proposta 3038, que era uma das propostas dos

autistas, dizendo como o fez e espera que possamos implementá-la. O conselheiro Mário diz que não ficaremos calados. A conselheira Cristiane torce para que em outros estados tenhamos propostas sobre o autismo. O conselheiro Mário lembra do custo do combate ao autismo e diz que devemos levar defesa ao autismo e lutar pelo financiamento. O conselheiro Júlio revela moção contra a não existência de política de defesa aos negros. Com o horário adiantado, o conselheiro Eduardo pede que os Coordenadores de Quadrante apresentem os novos coordenadores de Conselhos Locais eleitos. O conselheiro Ivo Nunes, coordenador do Quadrante Noroeste, apresenta a eleita como coordenadora do CLS Santo Operário, Sra. Marli Dias dos Santos. A Sra. Marli promete arregaçar as mangas. Diz que quando precisava ligava para o Sr. Ivo. Fala que veio agregar. O conselheiro Ivo apresenta a coordenadora do CLS da UBS São Luiz, Sra. Aline Rodrigues dos Santos. Fala que é estudante e percebeu o vai aprender muito. A coordenadora do Quadrante Nordeste Nedi, apresenta a coordenadora adjunta do CLS da UBS CAIC, Ana Mossati, dizendo que a coordenadora não é encontrada. O Coordenador Geral do CLSs explica a estrutura de funcionamento do CMS e que os Conselhos Locais são vinculados ao CMS. Sendo necessário que as eleições para terem validade, tem que ser homologadas pela Plenária do CMS. O Presidente Mário coloca em votação a homologação das eleições nos Conselhos Locais de Saúde e diante do aplauso as eleitas, considera o aplauso como concordância. A conselheira local Ana Mossati agradece o privilégio. O Presidente Mário diz que esteve em reunião com o secretário Martini e que este virá se apresentar na próxima reunião. Com o sentimento de dever cumprido, o Presidente, encerra a assembleia às 20:28 horas, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.



